

Impacto psicossocial do casamento infantil

O UNICEF define o casamento infantil como o casamento formal ou a união informal entre uma criança (com menos de 18 anos) e um adulto ou outra criança¹. Tanto os rapazes como as raparigas sofrem as consequências do casamento infantil, mas a situação é pior para as raparigas.

Existem convenções jurídicas internacionais que proíbem o casamento infantil, como a Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança que, no seu Artigo 21, estipula que os Governos devem tomar todas as providências para pôr termo a práticas sociais e culturais nocivas, como é o caso do casamento infantil, que afectam o bem-estar e a dignidade das crianças. A Convenção sobre os Direitos da Criança não é específica quanto à questão do casamento infantil, mas o problema está intimamente ligado ao direito a protecção contra todas as formas de abuso, e a protecção contra práticas tradicionais nocivas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres são outros instrumentos que proíbem o casamento infantil. A Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Protecção de Crianças Já em Casamento oferece orientações sobre práticas positivas que podem ser adoptadas ou adaptadas pelos Estados-Membros nas suas leis que abordam a erradicação do casamento infantil.

Situação na região

O casamento infantil transcende as fronteiras regionais e culturais. Uma em cada 4 raparigas em todo o mundo casa-se antes dos 18 anos, o que significa que 15 milhões de raparigas casam-se anualmente antes do seu 18.º aniversário². Os casamentos infantis têm a sua maior prevalência em África, estando neste continente 15 dos 20 países com os mais elevados índices deste tipo de casamentos³.

País	% de casamentos até aos 15 anos	% de casamentos até aos 18 anos
Angola	-	-
Botsuana	-	-
Quénia	6	26
Lesoto	2	19
Malawi	12	50
Moçambique	14	48
Namíbia	2	9
África do Sul	1	6
Suazilândia	1	7
Tanzânia	7	37
Uganda	10	40
Zâmbia	9	42
Zimbábue	4	31

Fonte: UNICEF, 2014. Situação das Crianças no Mundo em 2015: Re-imaginar o futuro.

1 UNICEF. Casamento Infantil. <http://www.unicef.org> Página consultada em 16 de Março de 2017

2 <http://www.girlsnotbrides.org/about-child-marriage/>

3 <http://www.girlsnotbrides.org/african-union-launches-first-ever-campaign-end-child-marriage/>

Factores que facilitam o casamento infantil

Vários factores facilitam a perpetuação do casamento infantil na região. A religião, normas sociais e factores económicos, em conjugação com a desigualdade entre os géneros, são geralmente citados como catalisadores de casamentos infantis. Estes factores variam entre os países e mesmo dentro deles. O casamento infantil está profundamente arraigado em várias religiões e seitas. A discriminação sexual também fomenta o casamento infantil nalgumas comunidades patriarcais em que a protecção contra o casamento precoce é por vezes de difícil implementação porque essas questões são dirigidas por líderes tradicionais conservadores do sexo masculino. Nalgumas comunidades, o casamento infantil é visto como uma estratégia de sobrevivência económico porque as famílias arranjam casamentos para as suas filhas a fim de reduzir o fardo económico destas e também para receber dinheiro ou ofertas como preço de noiva. Há situações em que os casamentos são arranjados entre famílias para se ter acesso a recursos ou oportunidades económicas de um marido mais velho, num acordo a prazo mais longo, ao invés de pagamento único como preço de noiva.

Impacto psicossocial do casamento infantil

O casamento infantil afecta o desenvolvimento integral da criança do sexo feminino, deixando-a socialmente

isolada (estigmatizada e discriminada), com escolarização limitada ou nula e sem aptidões nem oportunidades de emprego, para além de um fraco sentido de auto-estima.

Educação

A desistência escolar é tanto uma causa como um efeito do casamento infantil. Embora oportunidades limitadas de acesso ao ensino possam contribuir para este tipo de casamento, as raparigas casadas também são altamente susceptíveis de abandonar a escola. Em consequência disso, o casamento infantil priva a criança do sexo feminino do seu direito a ensino formal, que é essencial para o seu crescimento académico, intelectual e pessoal. A falta de escolarização pode também afectar a sua capacidade de contribuir eficazmente para o seu próprio futuro, e para o da sua família e sociedade.

A falta de escolarização formal ou informal pode reduzir as opções de ganhar a vida, o que deixa as raparigas em situação de casamento infantil dependentes dos seus maridos, o que por sua vez reduz o poder delas para negociar. A criança do sexo feminino pode também ser vítima de violência doméstica ou abusos prolongados se achar que é incapaz de sair da relação matrimonial devido a pressões económicas, falta de apoio familiar e outras circunstâncias sociais.



O casamento infantil é uma barreira de vulto ao progresso académico das raparigas. Mais de 60% das noivas de menor idade em países em desenvolvimento não possuem nenhuma escolarização formal⁴.



Em comparação com mulheres de idade superior à 20 anos, as raparigas de 10-14 anos são 5-7 vezes mais vulneráveis à mortes durante o parto, sendo essa vulnerabilidade duas vezes maior para raparigas de 15-19 anos⁵.

Isolamento

Como resultado do casamento infantil, é frequente que as raparigas sejam isoladas das suas famílias, redes de pares e actividades comunitárias, que são uma fonte fundamental do seu bem-estar social e emocional. Têm que viver com o estigma de se terem casado em tenra idade. O casamento infantil também reduz as oportunidades da criança do sexo feminino para desenvolver a sua própria identidade independente e um sentido de rectidão para afirmar os seus próprios pontos de vista. A vinculação social constitui uma componente essencial da capacidade de adaptação. O isolamento leva muitas vezes a um bem-estar psicossocial deficiente.

Saúde

A actividade sexual em idade precoce tem graves consequências para a saúde. O que se espera geralmente é que estas crianças venham a procriar pouco depois do casamento, o que as torna vulneráveis a complicações de gravidez e parto, incluindo fístulas obstétricas.

As crianças também são mais vulneráveis do que as mulheres maduras às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo o VIH. Esta situação resulta tanto de factores biológicos, como é o caso do desequilíbrio hormonal e da espessura do tecido vaginal, como de factores sociais, entre os quais se inclui a baixa auto-confiança ou auto-estima, que dificultam a negociação de sexo seguro por raparigas. Estas raparigas enfrentam o estigma e a discriminação associados às ISTs, incluindo o VIH. A falta de serviços de saúde sexual e reprodutiva adaptados à crianças e jovens, os baixos níveis de conhecimentos e os fracos níveis de apoio de pares tornam difícil o acesso aos serviços de saúde por parte dessas raparigas.



Pobreza

Muitas raparigas em situação de casamento infantil carecem de aptidões, conhecimentos e redes sociais para apoiar financeiramente os seus agregados familiares, tornando as suas famílias vulneráveis a um ciclo de pobreza inter-gerações.

5 Nações Unidas, Nós As Crianças: Avaliação de fim de década sobre o seguimento à Cimeira Mundial para as Crianças. Relatório do Secretário-Geral (A/S-27/3)

Questões de políticas

- **Os governos devem priorizar** o fortalecimento de sistemas de protecção de crianças aos níveis nacional, comunitário e familiar. O referido fortalecimento deverá incluir i) políticas, legislação e regulamentos que promovem a erradicação do casamento infantil; ii) um sistema em que todos os actores possuem as competências necessárias para resolver os problemas do casamento infantil; iii) estruturas centradas na família e na comunidade; iv) acções eficazes de promoção, prevenção e resposta a favor de rapazes e raparigas de todas as idades, levadas a cabo através de mecanismos comunitários e serviços governamentais; e v) afectação de recursos suficientes e gestão fiscal eficiente.
- **Dada a natureza multifacetada e inter-relacionada dos factores que propiciam o casamento infantil, é importante que os governos e outras entidades competentes apoiem e atribuam recursos a programas que incidem sobre a potenciação de raparigas e rapazes. Esses programas ou intervenções poderiam incluir apoio psicossocial, protecção social, protecção de crianças, fortalecimento económico, saúde e educação.**
- **As políticas educativas** nacionais devem criar oportunidades de ensino primário e secundário, assim como de ensino informal, tanto para raparigas como para rapazes. A educação desempenha um papel significativo no retardamento da idade do casamento. Os factos em todo o mundo demonstram que a conclusão do ensino secundário é a melhor forma de prevenir o casamento infantil e a gravidez precoce. O ensino tanto formal como informal pode ajudar as raparigas e os rapazes a desenvolverem competências cognitivas e sociais, a estabelecerem redes sociais, a tomarem decisões com conhecimento de causa e a aumentarem oportunidades de ganhar a vida. As entidades competentes devem ponderar a oferta de bolsas de estudo e programas de apoio que asseguram formação sobre orientação para a vida.
- **As políticas educativas nacionais devem oferecer uma segunda oportunidade de ensino através de sistemas tanto formais como informais. Devem ser oferecidos programas de apoio psicossocial a raparigas que regressam à escola depois do parto.**
- **Os governos** devem formular estratégias de comunicação social e apoiar tecnologias que podem alcançar todas as comunidades. A comunicação social pode ser usada como uma plataforma para partilhar informações sobre o impacto negativo do casamento infantil e oferecer opções alternativas para raparigas e rapazes. A comunicação social constitui um veículo útil para eliminar práticas tradicionais nocivas.
- **Definindo intervenções** que incidem sobre o melhoramento da situação económica das comunidades, o aumento dos rendimentos familiares pode contribuir para a redução dos casamentos precoces.
- **Os governos devem promulgar leis que criminalizam o casamento infantil e fortalecer a aplicação dessas leis quando elas existem. Devem também ser aplicadas leis de apoio como aquelas que dizem respeito ao registo de nascimentos.**
- **Os governos e as** outras entidades competentes devem concentrar-se nas áreas geográficas mais afectadas. Devem convencer os pais e os líderes religiosos e tradicionais da importância do ensino e do impacto negativo do casamento infantil sobre a saúde e o futuro das raparigas. Os programas de sensibilização podem alterar as atitudes sociais sobre o papel das raparigas na sociedade. Uma comunidade informada por norma questiona, e não preserva, o papel tradicional das raparigas e mulheres.
- **A reacção dos governos ao casamento infantil deve envolver não apenas as mulheres, mas também mobilizar rapazes e homens para assumirem a liderança na defesa e promoção da erradicação do casamento infantil.**
- **O sector da educação** deve incorporar o ensino sobre a saúde sexual e reprodutiva nos currículos escolares porque esta medida será uma estratégia eficaz para a consolidação de conhecimentos. A medida poderá também ajudar a reduzir a gravidez na adolescência. Os estabelecimentos de saúde deve também ser de acesso fácil para raparigas e rapazes em situação de casamento infantil.
- **Os governos e outras** entidades competentes devem promover e financiar pesquisas sobre a questão do casamento infantil na região. É necessária uma investigação para a produção de dados com vista a i) melhorar a definição e avaliação de políticas e ii) gizar programas eficazes.